

TERMOMACAÉ S.A.
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
RCF Nº 030/2026
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

Em 24 de março de 2026, às 15:00 horas, foi realizada, por meio virtual com o uso do software Microsoft Teams, Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Termomacaé S.A. com a presença dos conselheiros titulares Bruno Carvalho Baruqui, Rafael Menezes Peres e João Guilherme de Mendonça Goulart, da Diretora Presidente Aline Dias Leonardi e do Diretor Administrativo Marcelo Ferreira Pellegrini.

Ordem do dia: Opinar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, da proposta de destinação de resultados e do Relatório de Administração do exercício de 2025 da Termomacaé S.A., fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral.

Deliberação: Iniciada a reunião, os Conselheiros Fiscais presentes passaram à análise da pauta e a documentação encaminhada pela Diretoria Executiva, a qual foi apresentada por esse colegiado ao Conselho Fiscal por meio de reunião realizada em 24 de março de 2026. O Conselho Fiscal deliberou pela emissão do parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras da Termomacaé do exercício de 2025, como segue apresentado como Anexo desta Ata.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de março de 2026.

Bruno Baruqui

Bruno Baruqui (25 de março de 2026 11:23:41 ADT)

Bruno Carvalho Baruqui
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

Rafael Menezes Peres

Rafael Menezes Peres (24 de março de 2026 16:07:34 ADT)

Rafael Menezes Peres
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

João Goulart

João Goulart (25 de março de 2026 09:10:20 ADT)

João Guilherme de Mendonça Goulart
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

TERMOMACAÉ S.A.
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TERMOMACAÉ S.A, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras da TERMOMACAÉ S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, assim como as notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 04 de março de 2026. Em 03 de março de 2026, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado PETROBRAS (CAECO) recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e da proposta de destinação do resultado do exercício de 2025 (197ª Reunião).

As Demonstrações Financeiras foram apreciadas pela Diretoria Executiva da TERMOMACAÉ S.A. na Reunião de Diretoria Executiva (RDE) nº 537/2026, realizada em 04 de março de 2026, na qual também foi aprovada a convocação da Assembleia Geral de Acionistas para a deliberação sobre: as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a proposta destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Concluindo não haver qualquer ressalva quanto aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal passou a analisar a proposta de distribuição do lucro líquido aos acionistas, bem como a destinação de 5% do resultado para a Reserva Legal.

Os membros do Conselho Fiscal concordam que a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 respeita as disposições na Lei 6.404/76. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia e nas informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, datado de 04 de março de 2026, esse Conselho Fiscal é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de março de 2026.

Bruno Baruqui

Bruno Baruqui (25 de março de 2026 11:23:41 ADT)

Bruno Carvalho Baruqui
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

Rafael Menezes Peres

Rafael Menezes Peres (24 de março de 2026 16:07:34 ADT)

Rafael Menezes Peres
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

João Goulart

João Goulart (25 de março de 2026 09:10:20 ADT)

João Guilherme de Mendonça Goulart
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balanco Patrimonial	12
Demonstração de Resultado	13
Demonstração de Resultados Abrangentes	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração do Valor Adicionado	17
Notas Explicativas	18
1. A companhia e suas operações	18
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	19
3. Práticas contábeis materiais	19
4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	19
5. Novas normas e interpretações	21
6. Caixa e equivalentes de caixa	23
7. Contas a receber	24
8. Imobilizado	26
9. Partes relacionadas	26
10. Tributos	28
11. Benefícios a empregados	32
12. Patrimônio líquido	39
13. Receita de arrendamento	42
14. Custos e despesas por natureza	42
15. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	43
16. Resultado financeiro líquido	43
17. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa	43
18. Processos judiciais e contingências	43
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	46
Diretoria Executiva	49
Relatório Anual das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras	50

Relatório da Administração

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. (Termomacaé) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

É com muito orgulho que compartilhamos aqui os resultados de 2025 da Termomacaé. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Termomacaé S.A. é uma sociedade anônima controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e foi constituída em 15 de outubro de 1997, cujo objeto social é a produção independente de energia elétrica, podendo realizar as atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de ativos de energia elétrica e, ainda, a participação no capital social de outras sociedades. A Termomacaé é proprietária da Usina Termelétrica Termomacaé (UTE Termomacaé), localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, movida a gás natural, com capacidade de geração de 923 MW de energia.

Alcançamos em 2025 um fluxo de caixa operacional de R\$ 37.525 mil, resultado que muito contribui para o cumprimento das nossas metas corporativas.

Além disso, os resultados alcançados pela Termomacaé em 2025 permitiram o pagamento de dividendos intermediários em 26 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 32.351 mil à acionista PETROBRAS, conforme a deliberação da Diretoria Executiva de 05 de dezembro de 2025, demonstrando a capacidade da companhia para geração e valor para nosso Acionista.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferido, a Diretoria Executiva da Termomacaé está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas a destinação total do resultado do exercício de 2025, com a distribuição de R\$ 11.856 mil em dividendos adicionais, com previsão de quitação no exercício de 2026, em alinhamento com a Política de Remuneração aos Acionistas da Termomacaé.

ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e integridade constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, adotando um olhar cuidadoso com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações. Estas atitudes vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, compliance e controles internos da Termomacaé. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois, entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

TERMOMACAÉ

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2025 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos empregados.

Também gostaríamos de destacar o nosso reconhecimento à acionista e controladora Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 da Termomacaé.

ASPECTOS OPERACIONAIS

O atual modelo de negócios da Termomacaé consiste na locação de seu ativo de geração de energia elétrica, a UTE Termomacaé, para a Petrobras.

Em 16 de outubro de 2007, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.079, a transferência da outorga de produtor independente de energia da Termomacaé S.A. para a Petrobras, objeto da autorização da Resolução nº 551, de 15 de dezembro de 2000, em decorrência da locação da UTE Termomacaé.

Em dezembro de 2023, a Termomacaé celebrou novo Contrato de Locação e Outras Avenças da UTE Termomacaé com a Petrobras, com prazo de vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até igual período por meio de Termo Aditivo e sujeito à correção anual pela variação do IPCA. Para celebração desse novo contrato, foi contratado serviço especializado de consultoria externa independente para a estimativa do valor do aluguel da usina com base na projeção do fluxo de caixa livre do ativo no período de locação. Em dezembro de 2025, o Contrato de Locação teve a sua vigência prorrogada até junho de 2026.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de propriedade.

Em 2025, a titularidade da Licença de Operação da UTE Termomacaé foi transferida para a PETROBRAS, na qualidade de Operadora do ativo, em alinhamento às diretrizes do negócio.

A Termomacaé completou em 2025, com muito orgulho, 24 anos de operação comercial da usina, cujo momento foi celebrado junto com a força de trabalho.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à Petrobras a operação e manutenção da UTE Termomacaé, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2025, a Termomacaé registrou o Lucro Líquido de R\$ 46.591 mil, representando um aumento de 21% frente ao resultado de R\$ 38.577 mil auferido no exercício de 2024, principalmente do resultado de aplicações financeiras de fundos de investimentos.

A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2025.

TERMOMACAÉ

Lucro Bruto

Considerando o reajuste do contrato de locação em dezembro de 2024 pelo índice IPCA, o Lucro Bruto encerrou o exercício de 2025 em R\$ 32.660 mil, já contemplado o custo de depreciação do ativo, representando um aumento 9% em comparação ao resultado de R\$ 29.986 mil registrado em 2024.

Despesas Gerais e Administrativas

O saldo de Despesas Gerais e Administrativas encerrou o exercício de 2025 em R\$ 7.314 mil, maior em 5% do saldo auferido no exercício de 2024 de R\$ 6.965 mil.

Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, foi registrado o saldo de R\$ 2.285 mil em Despesas Tributárias frente ao saldo de R\$ 223 mil apurado em 31 de dezembro de 2024.

Com a homologação em março de 2024, pela Secretaria da Receita Federal, do Programa de Regularização Tributária – PRT, foi necessária a reversão da provisão do saldo residual de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, remanescentes do Programa, no montante de R\$ 4.141 mil, gerando reversão dos juros relativos às obrigações PRT 2017 (R\$ 1.392 mil).

Outras Despesas Líquidas

O saldo de Outras Despesas Líquidas encerrou o ano de 2025 no valor de R\$ 1.824 mil, inferior ao resultado apurado no exercício de 2024, devido, principalmente, de provisões de perdas com processos judiciais e administrativos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro de 2025 apresentou o saldo de R\$ 39.707 mil, representando um aumento de 39% em relação ao resultado de R\$ 28.468 em 2024, devido ao maior rendimento de aplicações financeiras em função do maior saldo aplicado no período compensado parcialmente com reversão de despesas do PRT (R\$ 1.869 mil) ocorrida em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, apuramos o valor de R\$ 14.353 mil de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. O saldo de prejuízo fiscal acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 24.352 (R\$ 49.927 mil em 2024).

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2025 levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2025, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, restando o saldo a destinar ao acionista no valor de R\$ 44.261 mil.

É importante destacar que, diante do resultado previsto para 2025, a Diretoria Executiva deliberou pela aprovação do pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 32.351 mil, além da atualização monetária de acordo com a previsão do Estatuto, cujo pagamento foi quitado junto à Petrobras em 26 de dezembro de 2024.

TERMOMACAÉ

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral (AGO) de 2026 a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista, em forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 11.856 mil.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site www.termomacae.com.br

PLANO DE NEGÓCIO

Nosso PN 2026-2030 foi elaborado considerando os seguintes direcionadores estratégicos desdobrados da controladora Petrobras, estabelecidos no início de 2025, em observância às práticas de governança vigentes, ao compromisso com a geração de valor e à nossa sustentabilidade financeira para o cumprimento das nossas obrigações.

Os direcionadores do Plano de Negócios 2026-2030 da Termomacaé são:

- Envolvimento da Diretoria Executiva;
- Uma métrica de topo e duas métricas específicas de acompanhamento que orientam o Plano de Negócios da Companhia;
- Disciplina na execução: acompanhamento sistemático de metas e correção de distorções.

VISÃO, PROPÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão representa uma síntese do nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionistas.

Nossa Visão

Ser uma companhia diversificada e integrada de locação de ativo de energia para a geração de valor, conciliando o foco em ética e transparência, sustentabilidade e resultados, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

Nosso propósito

Prover energia que assegure crescimento de forma ética, justa, segura e competitiva.

Nossos Valores

O Plano de Negócios 2026-2030 da Termomacaé tomou como base a Visão e os seus quatro Valores fundamentais que são os pilares das métricas de topo da Companhia, a saber:

"Uma empresa de locação de seu ativo em energia competitiva e rentável"

Cuidado com as Pessoas: cuidar das pessoas, promovendo diversidade, equidade e inclusão, saúde, bem-estar e segurança física e psicológica.

Integridade: agir com ética, transparência e coerência entre discurso e prática.

Sustentabilidade: gerar valor para a companhia e as partes interessadas com visão de longo prazo e compromisso com a vida, a transição energética justa, o meio ambiente e a sociedade.

Inovação: construir novos caminhos para a companhia, superando barreiras com colaboração, tecnologia, capacidade técnica e aprendizagem contínua.

Comprometimento: trabalhar com excelência e propósito em prol do desenvolvimento da Companhia e do país.

RECURSOS HUMANOS

Encerramos o ano de 2025 com 62 empregados, sendo 16 mulheres (26%) e 46 homens (74%).

TERMOMACAÉ

Treinamento

Com base no nosso Plano Estratégico, identificamos as necessidades de treinamentos dos nossos empregados, que são atendidas por meio da Universidade Petrobras, cuja estrutura compartilhamos da controladora Petrobras.

Anualmente, conforme avaliação de desempenho, os treinamentos são negociados entre o gestor direto de cada empregado, visando atingir os resultados esperados para os negócios no período de avaliação.

Remuneração Variável

O modelo de remuneração variável dos nossos empregados é composto pelo programa de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR"), nossa principal prática de remuneração variável, e pelo programa Prêmio por Desempenho ("PRD"), remuneração complementar a PLR. Esses programas estão alinhados aos novos direcionadores do PN 2026-2030 e a nossa política de remuneração.

Cabe ressaltar que os membros da Diretoria Executiva exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e participam dos programas de remuneração variável da holding, não recebendo verbas remuneratórias pela Termomacaé. Em 2025, a remuneração dos Diretores foi reembolsada integralmente à Controladora Petrobras.

Programa de Participação nos Lucros ("PLR")

Temos um acordo coletivo vigente de PLR para os exercícios 2024 e 2025 para todos os empregados ocupantes ou não de funções gratificadas.

Para que o pagamento do PLR ocorra, as seguintes condições devem ser atendidas:

- Declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pelo Conselho de Administração
- Apuração de Lucro Líquido para o exercício de referência
- Atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80% (oitenta por cento)

A apuração dos resultados 2025 indicou o atingimento dos gatilhos propostos no acordo de PLR. Diante disso, conforme estabelecido no regimento da PLR 2024/2025, em janeiro de 2026 foi promovido um adiantamento equivalente a 1/3 do valor a que cada empregado elegível faz jus.

Programa Prêmio por Desempenho ("PRD")

O PRD é um programa que busca reconhecer o esforço e o desempenho individual dos empregados para o alcance dos nossos resultados.

Os valores de PRD, referentes ao ano base 2025, serão quitados desde que cumpridos os pré-requisitos (gatilhos) mínimos estabelecidos pelos programas:

- Declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pelo Conselho de Administração
- Obtenção de lucro líquido positivo no exercício

Conforme estabelecido no regimento de PRD 2025, aprovado pela Diretoria Executiva, em janeiro de 2026 efetuamos um adiantamento de 30% do valor a que cada empregado elegível faz jus.

TERMOMACAÉ

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Termomacaé e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016, é composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- SMS como valor,
- Respeito à Vida,
- Gestão Baseada em Risco,
- Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Termomacaé possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

POLÍTICA DE EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 e em conformidade consonância com a Lei nº 13.303/2016, a Companhia adota os princípios de equidade, diversidade e inclusão como pilares de sua governança corporativa, orientando suas práticas institucionais e suas relações internas e externas.

A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia, desdobrada integralmente da nossa controladora em janeiro de 2024, tem como objetivo assegurar tratamento isonômico, justo e respeitoso com os colaboradores, administradores, prestadores de serviços e demais partes interessadas, vedando qualquer forma de discriminação, inclusive aquelas fundamentadas em cultura, raça, cor de pele, origem étnica, origem ou classe social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, sensorial, intelectual, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, local de origem, identidade de gênero ou qualquer outro fator de diferenciação individual.

As práticas de gestão de pessoas baseiam-se em critérios objetivos, técnicos e transparentes, pautados no mérito, na competência profissional e nas necessidades organizacionais, assegurando igualdade de oportunidades e mitigação de vieses discriminatórios.

TERMOMACAÉ

Considerando o modelo de negócio da sociedade, a sua estrutura organizacional enxuta e o atual contexto de otimização societária, as diretrizes de equidade permanecem integralmente observadas, assegurando que eventuais decisões relacionadas à gestão de pessoas sejam conduzidas com imparcialidade, transparência, respeito aos direitos trabalhistas e estrita observância da legislação.

A Companhia mantém ambiente de trabalho pautado pelo respeito mútuo, pela dignidade da pessoa humana e pela ética nas relações profissionais, não sendo toleradas práticas de assédio moral, assédio sexual ou quaisquer condutas incompatíveis com os princípios de equidade. Tais diretrizes estão refletidas em seus normativos internos, especialmente no Código de Conduta Ética e nas políticas corporativas correlatas.

A Administração reafirma o compromisso com a promoção da equidade por meio de diretrizes institucionais compatíveis com a dimensão e a complexidade operacional da Companhia, reconhecendo que tais princípios contribuem para a integridade organizacional, o fortalecimento da governança e a sustentabilidade institucional, inclusive em contextos de transição ou encerramento de atividades.

Apresentam-se, a seguir, os dados da Termomacaé em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei 6.404/76, conforme a Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - Indicadores de Equidade de Gênero

Indicador de Equidade	2025	2024	Comentários
1. Total de pessoas empregadas (por sexo)	62	63	
1.1. Mulheres	16	16	
1.2. Homens	46	47	
2. Mulheres contratadas	16	16	
- Área operacional	5	5	
- Nível nível médio/superior	11	11	*A Termomacaé não possui Plano Básico de Organização.
- Nível gerencial	0*	0*	
- Alta Administração	1 (50%)	1 (50%)	
3. Remuneração média – sexo feminino (Salário bruto + ATS)	22.412,47	20.563,72	
4. Remuneração média – sexo masculino (Salário bruto + ATS)	25.750,29	24.912,08	
5. Comparativo de remuneração – percentual (mulher vs homem)	87%	82%	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria. A KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente no exercício social de 2025.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e são objeto de apreciação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos agradecimento e reconhecimento aos nossos empregados, conselheiros fiscais, acionista e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2025.

TERMOMACAÉ

Macaé/RJ, 04 de março de 2026.

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Termomacaé S.A.

Macaé - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs. 1 e 9 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	25	1	Fornecedores		1.822	1.228
Contas a receber, líquidas	7.1	9.049	10.042	Tributos sobre o lucro	10.1	9.792	1.713
Contas a receber - FIDC	7.4	300.212	266.212	Impostos e contribuições	10.2	1.544	1.421
Tributos sobre o lucro	10.1	8.042	2.691	Benefícios a empregados	11.1	6.738	6.658
Impostos e contribuições	10.2	2.196	2.245	Outros passivos		-	371
Ativo Circulante		319.524	281.191	Passivo circulante		19.896	11.391
Depósitos judiciais	18.2	3.036	2.733	Tributos diferidos sobre o lucro	10.1	4.462	10.638
Impostos e contribuições	10.2	40	38	Benefícios a empregados	11	105	-
Imobilizado	8	31.992	62.144	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	25.192	23.898
Ativo não circulante		35.068	64.915	Passivo não circulante		29.759	34.536
				Passivo circulante e não circulante		49.655	45.927
				Capital social realizado	12.1	275.013	275.013
				Reservas de lucros	12.3.1	25.382	20.461
				Outros resultados abrangentes	12.2	4.542	4.705
				Patrimônio líquido		304.937	300.179
Total do ativo		354.592	346.106	Total do passivo		354.592	346.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita de arrendamento	13	62.812	60.138
Custo do arrendamento	14.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		32.660	29.986
Despesas			
Gerais e administrativas	14.2	(7.314)	(6.965)
Tributárias	14.3	(2.285)	(223)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	(1.824)	(2.193)
		(11.423)	(9.381)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		21.237	20.605
Resultado financeiro líquido	16	39.707	28.468
Receitas financeiras		39.698	25.868
Despesas financeiras		-	1.868
Variações monetárias, líquidas		9	732
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		60.944	49.073
Tributos sobre o lucro	10.1	(14.353)	(10.496)
Lucro líquido do exercício		46.591	38.577
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	12.4	0,17	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	46.591	38.577
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	(247)	1.069
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84	(364)
Outros resultados abrangentes	(163)	705
Resultado abrangente total	46.428	39.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024		275.013	4.000	21.231	-	300.244
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.577	38.577
Resultados abrangentes	12.2	-	705	-	-	705
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2024	12.3.2	-	-	(11.964)	-	(11.964)
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reservas	12.3.1	-	-	1.929	(1.929)	-
Dividendos	12.3.2	-	-	9.265	(36.648)	(27.383)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		275.013	4.705	20.461	-	300.179
Saldos em 1º de janeiro de 2025		275.013	4.705	20.461	-	300.179
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.591	46.591
Resultados abrangentes	12.2	-	(163)	-	-	(163)
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	12.3.2	-	-	(9.265)	-	(9.265)
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reservas	12.3.1	-	-	2.330	(2.330)	-
Dividendos	12.3.2	-	-	11.856	(44.261)	(32.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		275.013	4.542	25.382	-	304.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		46.591	38.577
Ajustes para:			
Resultado atuarial de plano de pensão		-	105
Depreciação		30.152	30.152
Variações monetárias e encargos financeiros	16	(63)	(2.630)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros ⁽¹⁾	16	(38.379)	(25.838)
Perdas (reversões), líquidas, de crédito esperadas	7.3	-	(14)
Tributos sobre o lucro	10.1	14.353	10.496
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	1.294	1.308
Redução (Aumento) de ativos			
Contas a receber		993	341
Depósitos judiciais		(28)	(515)
Impostos e contribuições ⁽²⁾		(8.869)	49.205
Aumento (Redução) de passivos			
Fornecedores		594	18
Outros passivos		(430)	(121)
Tributos sobre o lucro pagos		(8.683)	(8.639)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		37.525	92.445
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgates (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros ⁽¹⁾		4.379	(52.770)
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos		4.379	(52.770)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos ao acionista		(41.880)	(39.675)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(41.880)	(39.675)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		24	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25	1

(1) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 7.4.

(2) Em 2024, inclui os montantes de R\$ 45.415, referente a restituição de créditos de INSS retido sobre a prestação de serviço de Operação e Manutenção – O&M e R\$ 7.355, referente a restituição de pagamento a maior de imposto de renda retido na fonte.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	69.471	66.481
	69.471	66.481
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.286)	(5.260)
	(5.286)	(5.260)
Valor adicionado bruto	64.185	61.221
Depreciação	(30.152)	(30.152)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	34.033	31.069
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias	39.991	27.034
	39.991	27.034
Valor adicionado total a distribuir	74.024	58.103
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	2.236	2.471
Programas de remuneração variável	683	547
	2.919	3.018
Benefícios		
Vantagens	209	214
Plano de aposentadoria e pensão	122	144
Plano de saúde	441	233
	772	591
FGTS	103	119
	3.794	3.728
Tributos		
Federais ⁽¹⁾	22.942	16.764
Municipais	413	468
	23.355	17.232
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	284	(1.434)
	284	(1.434)
Acionistas		
Dividendos	32.405	27.383
Lucros retidos	14.186	11.194
	46.591	38.577
Valor adicionado total distribuído	74.024	58.103

(1) Inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 10.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, com sede na cidade de Macaé-RJ, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé das antigas proprietárias El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV).

Em 01 de novembro de 2018, conforme decisão do sócio quotista, foi aprovada a transformação da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.

Em 08 de dezembro de 2025, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, efetivou a transferência da titularidade da Licença de Operação para a Petrobras, anteriormente em nome da Termomacaé, conforme aprovação da Diretoria Executiva da companhia.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

A partir do exercício de 2015, foram celebrados apenas contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em dezembro de 2023, passou a vigorar o novo contrato da UTE Termomacaé com a Petrobras, com vencimento em dezembro de 2025, prorrogável por mais dois anos e sujeito à correção anual pela variação do IPCA. Para celebração desse novo contrato, foi contratado serviço especializado de consultoria externa independente para a estimativa do valor do aluguel da usina com base na projeção do fluxo de caixa livre do ativo no período de locação. Considerando a possibilidade de atualização da avaliação econômico-financeira do preço do contrato de locação prevista para o primeiro trimestre de 2026, a companhia prorrogou a vigência do referido instrumento contratual pelo período adicional de 180 dias, com vencimento em 07 de junho de 2026.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de propriedade. Adicionalmente, foram consideradas as avaliações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do contrato, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir:

- Mudança da nomenclatura da rubrica de imposto de renda e contribuição social, inclusive a do diferido, para tributos sobre o lucro e tributos diferidos sobre o lucro.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 04 de março de 2026, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1. Ajuste ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto.

Em 2025 e 2024, não tivemos indicativo para realização de teste de impairment sobre o ativo imobilizado.

4.2. Fontes de incerteza em benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa – 11.3.2 - Movimentação do valor presente da obrigação (VPO).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Em conjunto com outras premissas atuariais, a taxa de desconto e a taxa de variação de custos médicos e hospitalares são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

As incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas nas notas explicativas 11.3.5 e 11.3.6, respectivamente.

4.3. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.4. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board - IASB

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um ‘agente de fato’ (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	<p>De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.</p> <p>Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.</p> <p>Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.</p>	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	<p>A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas;b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão;c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; ed. Novos requerimentos de divulgação. <p>Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p>	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	<p>A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).</p>	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
<i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21</i>	<p>As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ou(b) os resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025, bem como os IFRS equivalentes, quando aplicável:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)	1º de janeiro de 2027

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 5.1.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	2025	2024
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras de curto prazo		
- Fundos de Investimento DI e operações compromissadas	24	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	25	1

Até maio de 2025, os recursos financeiros disponíveis da companhia eram majoritariamente aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 7.4). Contudo, com a edição do Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025, que afetou as novas aplicações em cotas do FIDC, a Administração reavaliou a política de gestão de caixa.

A partir de junho de 2025, a companhia destinou os recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras que possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de sua aquisição. Essas aplicações ocorrem em fundos de investimentos, que direcionam para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas).

Prática contábil

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros		
Outras contas a receber		
Aluguéis - Servidão de Passagem	19	18
Subtotal - Terceiros	19	18
Partes relacionadas		
Arrendamento operacional	5.768	5.768
Pessoal cedido	3.262	4.256
Subtotal - Partes relacionadas (nota explicativa 9)	9.030	10.024
Total do contas a receber, líquidas	9.049	10.042
Circulante	9.049	10.042

Em 31 de dezembro de 2025 não existem títulos vencidos, inexistindo a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7.2. Aging do contas a receber – Terceiros

	31.12.2025		31.12.2024	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	19	-	18	-
Total	19	-	18	-

7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – Terceiros

	2025	2024
Saldo inicial	-	(14)
Reversões ⁽¹⁾	-	14
Saldo final	-	-
Circulante	-	-

(1) Em dezembro de 2024 a Administração da companhia autorizou a baixa de títulos em aberto desde 2015, classificados como incobráveis judicialmente, em virtude dos baixos valores a receber não justificarem o dispêndio para a adoção de medidas judiciais.

7.4. Contas a receber – FIDC

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	300.212	266.212
Total	300.212	266.212

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

Prática contábil

As contas a receber são classificadas como ao custo amortizado.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia é arrendadora em um arrendamento mercantil no qual retém uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade, e foi classificado como operacional. Os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

A companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Imobilizado

8.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.480	-	57.664	62.144
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.225.990)	(1.227.841)
Depreciação	-	-	(30.152)	(30.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.480	-	27.512	31.992
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.256.142)	(1.257.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.480	-	87.816	92.296
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.195.838)	(1.197.689)
Depreciação	-	-	(30.152)	(30.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.480	-	57.664	62.144
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.225.990)	(1.227.841)
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Atualmente, a companhia adota uma taxa de depreciação de 4% ao ano, correspondente a uma vida útil estimada de 25 anos, para suas unidades geradoras e de transmissão.

Prática contábil

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

A estimativa de vida útil dos ativos termoeletrônicos foi mantida em 2025, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

9. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.1. Transações comerciais e outras operações

					31.12.2025	31.12.2024
	Petrobras	ANSA	Petros	FIDC-NP	Total	Total
Ativo						
Contas a receber (nota explicativa 7.1)	8.977	53	-	-	9.030	10.024
Arrendamento (nota explicativa 7.1)	5.768	-	-	-	5.768	5.768
Pessoal cedido (nota explicativa 7.1)	3.209	53	-	-	3.262	4.256
FIDC (nota explicativa 7.4)	-	-	-	300.212	300.212	266.212
Total	8.977	53	-	300.212	309.242	276.236
Circulante	8.977	53	-	300.212	309.242	276.236
Passivo						
Fornecedores	918	-	-	-	918	440
Compartilhamento de custos e despesas ⁽¹⁾	918	-	-	-	918	440
Plano de pensão (nota explicativa 11.1)	-	-	232	-	232	113
Total	918	-	232	-	1.150	553
Circulante	918	-	127	-	1.045	587
Não circulante	-	-	105	-	105	(34)

(1) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termomacaé apresenta uma dimensão reduzida.

					2025	2024
	Petrobras	BSE	Petros	FIDC-NP	Total	Total
Resultado						
Receita de arrendamento (nota explicativa 13)	69.214	-	-	-	69.214	66.268
Outras receitas (despesas) líquidas	(3.264)	11	(122)	-	(3.375)	(2.242)
Compartilhamento de custo e despesas	(3.259)	11	-	-	(3.248)	(2.413)
Gastos com pessoal	(5)	-	(122)	-	(127)	49
Outras operações	1	-	-	-	1	122
Receitas (despesas) financeiras líquidas (nota explicativa 16)	-	-	-	38.379	38.379	25.838
Variações monetárias líquidas (nota explicativa 16)	(284)	-	-	-	(284)	(434)
Total - Receitas (Despesas)	65.667	11	(122)	38.379	103.935	89.430

9.2. Remuneração dos membros chave da Administração e empregados

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Termomacaé, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

		Em reais
Remuneração do empregado	2025	2024
Menor remuneração	9.820	9.396
Remuneração média	24.888	23.864
Maior remuneração	59.430	59.430
Quantidade de empregados ⁽¹⁾	62	63

(1) inclui pessoal cedido

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados nos exercícios de 2025 e 2024:

Benefícios aos empregados	2025	2024
Assistências médica e odontológica	1.791	1.527
Auxílios alimentação e refeição	1.500	1.433
Auxílio creche	56	66
Programa de Remuneração Variável	2.357	3.308
Participação nos Lucros ou Resultados	3.490	4.702
Previdência complementar	2.205	2.455
Outros	55	59
Total	11.454	13.550

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Termomacaé, têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia.

Conselho fiscal	2025	2024
Salários	73	70
Encargos sociais	15	14
Remuneração total	88	84
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

Em 29 de abril de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária fixou a remuneração mensal dos administradores no valor de R\$ 20 para a Diretora Presidente, R\$ 18 para o Diretor Administrativo e R\$ 2 para os membros do Conselho Fiscal, para o período de abril de 2025 a março de 2026 (R\$ 19, R\$ 17 e R\$ 2 respectivamente, para o período compreendido entre abril de 2024 a março de 2025, fixado em 10 de abril de 2024).

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente verbas remuneratórias da Termomacaé. As despesas com remuneração da Diretoria são reembolsadas à controladora Petrobras. No período de janeiro a dezembro de 2025 o valor reembolsado foi de R\$ 822 (R\$ 738 para o mesmo período de 2024).

10. Tributos

10.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Balanco Patrimonial

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Corrente	8.042	9.792	2.691	1.713
Diferido	-	4.462	-	10.638
Total	8.042	14.254	2.691	12.351

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro do período antes dos impostos	60.944	49.073
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(20.722)	(16.685)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(502)	492
Permanentes	766	752
Prejuízo Fiscal	6.105	4.945
Tributos sobre o lucro	(14.353)	(10.496)
Correntes	(20.445)	(15.738)
Diferidos	6.092	5.242
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	24%	21%

10.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro – a recuperar

	Ativo Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	8.042	2.691
Total	8.042	2.691

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de imposto de rendas e contribuição social no exercício corrente.

Tributos sobre o lucro – a recolher

	Passivo Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	9.792	1.713
Total	9.792	1.713

Os tributos sobre o lucro no passivo circulante referem-se ao processo de apuração mensal de imposto de renda e de contribuição social, líquidos das respectivas antecipações.

10.1.2. Diferidos

	2025	2024
Saldo inicial	(10.638)	(15.517)
Reconhecido no resultado	6.092	5.242
Reconhecido no patrimônio líquido	84	(363)
Saldo final	(4.462)	(10.638)
Tributos diferidos sobre o lucro – Ativos	5.642	8.253
Tributos diferidos sobre o lucro – Passivos	(10.104)	(18.891)

Composição

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2025	31.12.2024
Imobilizado	Depreciação	(7.506)	(16.303)
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	1.109	3.921
Saldo ativo de IRCS sobre PRT 2017 ⁽¹⁾	Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal	3.313	3.313
Provisões de folha	Pagamento e reversão da provisão	686	624
Outras provisões	Liquidação Financeira	534	395
Receita financeira - depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(258)	(164)
Provisão atuarial	Pagamento e reversão da provisão	(2.340)	(2.424)
Total		(4.462)	(10.638)

(1) Parcela de crédito fiscal sobre prejuízo fiscal, no montante de R\$ 3.313, adquirido de sua controladora em 2018, para quitação do PRT. A companhia, em conjunto com a sua controladora Petrobras, estão em processo de avaliação quanto à forma de utilização desse crédito.

Realização

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2026	5.570	(7.522)
2027	10	(33)
2028 em diante	62	(2.549)
Parcela registrada contabilmente	5.642	(10.104)
Parcela não registrada contabilmente	17.469	-
Total	23.111	(10.104)

Os créditos tributários não reconhecidos são decorrentes de gastos atuariais, contingências judiciais e prejuízos fiscais. Essas diferenças temporárias não possuem prazo determinado de realização, o que traz uma incerteza quanto a recuperação desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 24.352 (R\$ 49.927 em 2024). A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 1.109 (R\$ 3.921 em 2024), limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

Prática contábil

A companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. A despesas do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Tributos sobre o lucro correntes

Os tributos sobre o lucro correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Tributos diferidos sobre o lucro

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

Este reconhecimento refere-se a todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os tributos sobre o lucro são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10.2. Impostos e contribuições

10.2.1. Impostos e Contribuições a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS ⁽¹⁾	2.196	2.245	40	38
Total	2.196	2.245	40	38

(1) A parcela de curto prazo, refere-se aos créditos de PIS e COFINS retidos na fonte sobre o aluguel da planta termoeletrica. A companhia estima a utilização desses créditos ao longo dos próximos doze meses.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2.2. Impostos e Contribuições a recolher

	Passivo Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda retido na fonte	669	956
Outros impostos e contribuições	875	465
Total	1.544	1.421

10.3. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132/2023 instituiu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo, promovendo a substituição de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um novo modelo composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal, e pelo Imposto Seletivo (IS). O IBS e a CBS apresentam as principais características de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como base ampla de incidência, não cumulatividade, não compõe a própria base de cálculo (cobrança por fora), legislação uniforme, isenção para exportações e incidência sobre importações.

A implementação da Reforma teve início em 1 de janeiro de 2026, com a aplicação de alíquotas-teste do IBS e da CBS. Em 2027, está prevista a implantação integral da CBS, a extinção do PIS e da COFINS e o possível início da cobrança do IS. Entre 2029 e 2032, haverá redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS, enquanto a do IBS será progressivamente ampliada, até a extinção total de ICMS e ISS em 2033, consolidando o novo sistema tributário sobre o consumo.

No que se refere aos créditos fiscais de PIS e COFINS registrados no ativo em 31 de dezembro de 2025, a companhia avalia que esses créditos permanecem válidos, conforme dispositivos constitucionais do período de transição, não havendo previsão de extinção ou impedimento à sua recuperação em decorrência da Reforma.

Apesar dos avanços da Reforma, ainda permanecem incertezas relevantes quanto à definição das alíquotas dos novos tributos, à regulamentação de regimes especiais para determinados setores, à operacionalização dos créditos tributários, à implementação de mecanismos como o *split payment* e à edição de regras complementares para setores regulados, o que impede a realização de uma estimativa confiável dos impactos da Reforma.

Em razão dessas incertezas, os impactos da Reforma somente serão conhecidos após o processo de regulamentação dos temas que ainda carecem de definição. Conseqüentemente, não há qualquer efeito dessas mudanças nas demonstrações financeiras da Termomacaé em 31 de dezembro de 2025.

11. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo ⁽¹⁾	31.12.2025	31.12.2024
Benefícios de curto prazo	6.738	6.658
Benefícios pós-emprego	105	-
Total	6.843	6.658
Circulante	6.738	6.658
Não Circulante	105	-

(1) inclui pessoal cedido

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.1. Benefícios de curto prazo

Passivo Circulante ⁽¹⁾	31.12.2025	31.12.2024
Provisão de férias	4.299	4.234
Participação nos lucros ou resultados - PLR	416	396
Programa de prêmio a empregados - PRD	200	104
Salários, encargos e outras provisões	1.696	1.811
Plano de Pensão - Petros 2	127	113
Total	6.738	6.658

(1) inclui pessoal cedido

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Despesas na demonstração de resultado ⁽¹⁾	2025	2024
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(38.721)	(40.628)
Honorários e encargos de Administradores	(895)	(808)
Programas de remuneração variável ⁽²⁾	(5.848)	(8.010)
Programa de Prêmio por Desempenho - PRD	(2.357)	(3.308)
Participação nos Lucros ou Resultados - PLR	(3.491)	(4.702)
Total	(45.464)	(49.446)

(1) Os gastos com pessoal cedido, bem como os valores reembolsados pela sua controladora Petrobras são classificados em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 15.

(2) Valores classificados em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas e inclui complemento de programas anteriores - nota explicativa 15.

11.2. Programas de remuneração variável

A companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros e resultados; e b) Prêmio por desempenho.

O montante estabelecido para a remuneração variável de 2025 está limitado a 5% do EBITDA ajustado.

Participação nos Lucros ou resultados – PLR

A Participação nos lucros ou resultados (PLR) é um mecanismo de remuneração variável que visa compartilhar os resultados da companhia com seus colaboradores. A partir de 2023, a PLR passou a ser a principal prática de remuneração variável da companhia, abrangendo também os ocupantes de função gratificada, e prever limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes.

A PLR, aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Governo Federal, é regida por um regramento que inclui critérios como gatilhos e limites para pagamento tais como:

- Declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pelo Diretoria Executiva (DE);
- Apuração de lucro líquido no exercício de referência e atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%; e
- O valor total para pagamento da PLR está limitado a 6,25% do lucro líquido ou 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas da Petrobras no exercício, o que for menor.

No exercício de 2025, a Termomacacé:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Pagou o valor de R\$ 3.470 (R\$ 4.674 em 2024), referente ao exercício de 2024, sendo R\$ 396 relacionados aos empregados não cedidos e R\$ 3.074 aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e
- Provisionou R\$ 3.490 (R\$ 4.702 em 2024), sendo R\$ 3.074 relacionados aos empregados cedidos e R\$ 416 aos não empregados não cedidos, registrado em outras despesas operacionais.

Programa de Prêmio por Desempenho – PRD

O Programa Prêmio por Desempenho (PRD) tem como objetivo reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da Termomacaé. O prêmio de cada empregado é definido pelo atingimento de metas específicas, que incluem a nota de desempenho (GD) para todos os empregados.

O PRD é acionado mediante a declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pela Diretoria Executiva (DE), e a obtenção de lucro líquido positivo no exercício. O montante total utilizado para pagamento a todos os participantes é limitado a um percentual do Lucro Líquido e/ou do EBITDA. Este programa foi revisado em 2023, em substituição ao Prêmio por Performance (PPP), sendo complementar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

No exercício de 2025, a Termomacaé:

- Pagou o valor de R\$ 2.261 (R\$ 3.371 em 2024), referente ao exercício de 2024, sendo R\$ 170 são relativos aos empregados não cedidos e R\$ 2.091 aos empregados cedidos, sendo este último montante reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e ao desempenho individual de todos os empregados.
- Provisionou o valor de R\$ 2.357 (R\$ 3.308 em 2024), sendo R\$ 2.091 relacionados aos empregados cedidos e R\$ 266 aos empregados não cedidos, registrado em outras despesas operacionais.

Prática contábil

As provisões dos programas de remuneração variável (PRD e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11.3. Benefícios pós emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados (ativos e aposentados) e seus dependentes e benefícios de pensão pós-aposentadoria.

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	232	113
Circulante	127	113
Não circulante	105	-

11.3.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Plano de pensão – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações do plano em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

O plano de pensão complementa a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)	
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	Este Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela companhia ao plano	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual do plano de pensão

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 10.4 – Valores nas demonstrações financeiras da Termomacaé relacionados a planos de benefícios definidos.

11.3.2. Valores nas demonstrações financeiras da Termomacaé relacionados a plano de benefícios definidos

a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

A movimentação das obrigações com planos de pensão com característica de benefício definido está representada a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Plano de Pensão - PP2	
	2025	2024
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações (VPO)	7.912	6.516
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(7.680)	(6.403)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	232	113
Movimentação do passivo atuarial líquido		
Saldo em 1º de janeiro	113	1.205
Reconhecido no resultado - despesas	(128)	(23)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros líquidos	(128)	(23)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	247	(1.069)
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	247	(1.069)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	232	113

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	Plano de Pensão - PP2	
	2025	2024
Movimentação		
Valor presente das obrigações no início do exercício	6.516	6.326
Reconhecido no resultado	811	591
Custo dos juros	811	591
Custo do serviço	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	1.026	269
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	826	4.390
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(35)	45
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	235	(4.166)
Outros movimentos	(441)	(670)
Benefícios pagos pelo plano	(569)	(797)
Contribuições dos Empregados	128	127
Valor presente das obrigações no final do exercício	7.912	6.516

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

No plano PP2, a maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio.

A evolução do ativo garantidor reflete essa característica do plano, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Plano de Pensão - PP2	
	2025	2024
Movimentação		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(6.403)	(5.121)
Reconhecido no resultado - despesas	(814)	(486)
Receita de juros	(814)	(486)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(775)	(1.338)
Remensuração: Retorno sobre os Ativos maior/(menor) que a Taxa de Desconto	(775)	(1.338)
Outros movimentos	312	542
Benefícios pagos pelo plano	569	797
Contribuições pagas pela empresa	(128)	(128)
Contribuições de participantes	(129)	(127)
Valor justo dos ativos no final do exercício	(7.680)	(6.403)

11.3.3. Contribuições

No exercício de 2025, a companhia contribuiu com o total de R\$ 128 (R\$ 128 no exercício de 2024) para os planos de benefício definido, o que reduziu o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 11.3.2. Adicionalmente, contribuiu com R\$ 2.205 (R\$ 2.328 no exercício de 2024) para a parcela de contribuição definida do plano PP2, que foram reconhecidas em despesas no resultado do exercício.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2026 são de R\$ 2.062, referente a parcela de contribuição definida.

11.3.4. Fluxos de Caixa Esperados

A estimativa abaixo reflete apenas os fluxos de caixa futuros esperados para cumprir a obrigação de benefício definido reconhecida no final do exercício social de 31 de dezembro de 2025.

	2025		2024
	Plano de pensão		
Perfil de vencimento do valor presente das obrigações	PP2	Total	Total
Até 1 ano	610	610	510
De 1 a 5 anos	2.480	2.480	2.064
De 6 a 10 anos	1.713	1.713	1.410
De 11 a 15 anos	1.162	1.162	944
Acima de 15 anos	1.947	1.947	1.588
Total	7.912	7.912	6.516

11.3.5. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Plano de Pensão - PP2	
	2025	2024
Taxa de desconto nominal (real + inflação) ⁽¹⁾	11,46%	12,95%
Taxa real de desconto	7,18%	7,48%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + inflação)	7,05%	8,72%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022, desagravada em 40%	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, masculina, desagravada em 10%	MI-85, masculina, desagravada em 10%
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade, conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60	1ª elegibilidade, conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 3,99% para 2026 e atingindo 3,25% de 2031 em diante.

As premissas mais significativas estão descritas na nota explicativa 4.2.

11.3.6. Análise de sensibilidade dos planos de benefícios definidos

O efeito de uma mudança de 1 p.p. na taxa de desconto assumida e na taxa de variação do custo médico está estabelecido conforme abaixo:

	Taxa de desconto	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(796)	1.861
Custo do serviço e juros	(23)	119

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 275.013, está representado por 275.012.824 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

12.2. Outros resultados abrangentes

A composição dos outros resultados abrangentes é detalhada a seguir:

	2025	2024
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	4.542	4.705
Total	4.542	4.705

12.3. Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	46.591	38.577
Destinação do lucro líquido:	-	-
Reserva legal	2.330	1.929
Dividendos propostos do lucro líquido	44.261	36.648
Total da destinação do lucro líquido	46.591	38.577
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	32.405	27.383
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	11.856	9.265
Dividendos propostos do lucro líquido	44.261	36.648

12.3.1. Reservas de lucros

O quadro a seguir demonstra a movimentação das reservas de lucros:

	Legal	Dividendos adicionais propostos	Total
--	-------	---------------------------------	-------

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Saldos em 1º de janeiro de 2024	9.267	11.964	21.231
Reserva legal	1.929	-	1.929
Dividendos adicionais de 2023 aprovados na AGO de 2024	-	(11.964)	(11.964)
Dividendos adicionais propostos de 2024	-	9.265	9.265
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.196	9.265	20.461

	Legal	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	11.196	9.265	20.461
Reserva legal	2.330	-	2.330
Dividendos adicionais de 2024 aprovados na AGO de 2025	-	(9.265)	(9.265)
Dividendos adicionais propostos de 2025	-	11.856	11.856
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.526	11.856	25.382

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2025 foi constituído o valor de R\$ 2.330 (R\$ 1.929 em 2024). O saldo dessa reserva no montante de R\$ 13.525 (R\$ 11.195 em 2024), não atingiu o limite legal em 31 de dezembro de 2025.

12.3.2. Remuneração aos acionistas da Termomacacé

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

a) Dividendos relativos ao exercício de 2024

Em 04 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2024, no montante de R\$ 36.648. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 27.383, e os dividendos complementares de R\$ 9.265, que foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo na data da aprovação da AGO e pagos em 16 de maio de 2025, atualizados monetariamente pela taxa Selic desde 31 de dezembro de 2024 até a data do pagamento.

b) Dividendos antecipados relativos ao exercício de 2025

Em 05 de dezembro de 2025, a Diretoria Executiva deliberou sobre o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 32.351, com base no resultado do período de janeiro a setembro de 2025, conforme quadro a seguir:

	2025	2024
Dividendos intermediários	32.351	27.346
Atualização monetária das antecipações pela Selic	54	37
Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic	32.405	27.383

c) Dividendos propostos relativos ao exercício de 2025

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é a seguinte:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	46.591	38.577
Apropriação:		
Reserva legal	(2.330)	(1.929)
Lucro líquido ajustado	44.261	36.648
Dividendos intermediários equivalentes a 73% do lucro ajustado em 2025 (75% em 2024)	32.405	27.383
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	11.856	9.265
Total de dividendos propostos	44.261	36.648

A proposta de dividendos do exercício de 2025 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2026, no montante de R\$ 44.261, contempla os dividendos intermediários de R\$ 32.405, nos quais foram imputados os dividendos mínimos obrigatórios, além dos dividendos adicionais de R\$ 11.856, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

d) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de dividendos a pagar ao acionista da Termomacaé.

	2025	2024
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Adição por deliberação da AGO	9.265	11.964
Adição por deliberação da DE (antecipação)	32.351	27.345
Pagamento	(41.880)	(39.675)
Atualização monetária	338	472
IRRF sobre a atualização monetária	(74)	(106)
Saldo final	-	-

Os dividendos adicionais propostos de R\$ 11.856, estão destacados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 até que a proposta de remuneração aos acionistas seja aprovada pela AGO quando serão reconhecidos como passivo.

Prática contábil

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

12.4. Resultado por ação

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	46.591	38.577
Quantidade de ações	275.012.824	275.012.824
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,17	0,14

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Termomacaé não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Receita de arrendamento

	2025	2024
Receita bruta de arrendamento	69.214	66.268
Encargos sobre arrendamento	(6.402)	(6.130)
Receita líquida	62.812	60.138

Prática contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

14. Custos e despesas por natureza

14.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2025	2024
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

14.2. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Gastos com pessoal (empregados não cedidos)	(3.153)	(3.513)
Compartilhamento de gastos	(3.248)	(2.413)
Serviços de terceiros, aluguéis e outros	(913)	(1.039)
Total	(7.314)	(6.965)

14.3. Despesas tributárias

	2025	2024
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(1.785)	(1.138)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(65)	(63)
Reversão de Multas sobre IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	-	1.392
IPTU	(414)	(393)
Outros	(21)	(21)
Total	(2.285)	(223)

(1) Reversão do saldo residual da provisão do Programa de Regularização Tributária - PRT

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2025	2024
Resultado com pessoal cedido	(193)	151
Perdas com processos judiciais e administrativos	(1.343)	(1.945)
Programa de remuneração variável (empregados não cedidos) ⁽¹⁾	(683)	(547)
Receita na alienação de ativos	23	-
Recuperação termo de compromisso de restauração Florestal (TCRF).	1	122
Reversão (constituição) de obrigações ambientais	149	(180)
Receita com aluguéis	222	213
Outros	-	(7)
Total	(1.824)	(2.193)

(1) Composto por Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Prêmio por Desempenho (PRD), conforme nota explicativa 11.2.

16. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas Financeiras	39.698	25.868
Receita com aplicações financeiras	1.265	-
Receita financeira - FIDC-NP (nota explicativa 9.1)	38.379	25.838
Outros	54	30
Despesas Financeiras	-	1.868
Reversão de juros sobre IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	-	1.868
Variações monetárias, líquidas	9	732
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar (nota explicativa 9.1)	(284)	(434)
Atualização monetária de tributos a recuperar	71	1.003
Atualização monetária de depósitos judiciais	222	163
Total	39.707	28.468

(1) Reversão do saldo residual da provisão do Programa de Regularização Tributária - PRT

17. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

	2025	2024
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	7.340	8.004

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões para processos judiciais e administrativos em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005, tendo sentença desfavorável e apresentada apelação, pendente de julgamento;

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2025	31.12.2024
Processos fiscais	23.940	22.792
Processos trabalhistas	1.204	1.060
Processos ambientais	48	46
Total	25.192	23.898

	2025	2024
Saldo inicial	23.898	22.590
Adições/(reversões), líquidas	-	356
Atualização	1.294	952
Saldo final	25.192	23.898

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

Ativo não circulante	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	873	775
Fiscais	2.163	1.958
Total	3.036	2.733

	2025	2024
Saldo inicial	2.733	2.024
Adição, líquida de reversão	27	516
Atualização financeira	276	193
Saldo final	3.036	2.733

No exercício de 2025, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, à atualização monetária e novos depósitos de natureza trabalhista.

18.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	78.574	73.683
Trabalhistas	1.002	1.954
Ambientais	40	38
Total	79.616	75.675

18.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2025	Estimativa 31.12.2024
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Aguardando a retomada do julgamento do Recurso Voluntário	71.229	68.601
2) Processos diversos de natureza fiscal	7.345	5.082
Total de processos de natureza fiscal	78.574	73.683

Descrição dos processos de natureza trabalhista	31.12.2025	Estimativa 31.12.2024
1) Reclamação trabalhista na qual os reclamantes requerem adicional de hora de repouso e alimentações (AHRA), hora extra, etc.	1.002	1.954
Total de processos de natureza trabalhista	1.002	1.954

Descrição do processo de natureza ambiental	31.12.2025	Estimativa 31.12.2024
Autor: Instituto Estadual do Ambiente - INEA		
1) Desenquadramento de lançamento de efluente	40	38
Total de processos de natureza ambiental	40	38

18.4. Contingência ativa - PIS e COFINS Lei 9.718/98

A companhia ajuizou ação contra a União para recuperação dos valores recolhidos de PIS/COFINS, incidente sobre receitas não operacionais, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos exercícios de 2001 a 2004.

A ação foi julgada procedente, com mérito transitado em julgado em 24 de abril de 2009. O pedido de habilitação da compensação dos créditos, requerido junto à Delegacia da Receita Federal, somente teve seu deferimento em 21 de julho de 2021, com previsão de prescrição do direito em setembro de 2022.

De janeiro a setembro de 2022, a companhia registrou créditos no montante de R\$ 2.095, já compensados, em período anterior ao prazo prescricional definido pelas normas da Receita Federal.

Em 26 de agosto de 2022 a companhia obteve decisão liminar favorável em 1ª instância, visando garantir a continuidade da compensação dos créditos remanescentes em prazo posterior à previsão normativa da Receita Federal. O reconhecimento desses créditos ocorrerá mediante a eliminação de incertezas quanto à possibilidade de futuras compensações, o que deverá ser determinado e reavaliado no decorrer do processo na esfera judicial.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido despacho pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé o qual manteve a decisão da liminar favorável em 1ª instância à companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 08 de maio de 2023 foi prolatada sentença de mérito pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé, confirmando a liminar e acolhendo integralmente a tese da companhia. Opostos Embargos de Declaração pela União/Fazenda Nacional, estes tiveram provimento negado em 06 de julho de 2023, com a sentença sendo mantida. A União/Fazenda Nacional interpôs apelação ao TRF/2ª Região em 28 de agosto de 2023. Em 10 de outubro de 2023 o TRF/2ª Região indeferiu o pedido de efeito suspensivo à apelação da União/Fazenda Nacional.

Em 05 de junho de 2024, foi publicado o acórdão do TRF/2ª Região, mantendo íntegra, em decisão unânime, sentença que deferiu o creditamento de PIS e COFINS (receitas não operacionais), sem limitação temporal.

A União, em 11 de junho de 2024, protocolou embargos de declaração que foram julgados improcedentes pelo TRF/2ª Região. Dessa decisão a União interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça em 16 de setembro de 2024, que foi admitido e julgado em desfavor da Termomacaé, em acórdão publicado no dia 20 de maio de 2025. Dessa decisão foi interposto o recurso de embargos de declaração pela Termomacaé, julgado improcedente, no dia 18 de novembro de 2025. Em função dessa decisão a Termomacaé protocolou, em 15 de dezembro de 2025, o recurso de embargos de divergência e aguarda pauta para julgamento no decorrer do ano de 2026, a ser realizado pela Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.3.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	25	1
Contas a receber, líquidas	9.049	10.042
Contas a receber - FIDC	300.212	266.212
Ativo circulante	309.286	276.255
Depósitos Judiciais	3.036	2.733
Ativo não circulante	3.036	2.733
Total do ativo	312.322	278.988
Passivo		
Fornecedores	1.822	1.228
Passivo circulante	1.822	1.228
Total do passivo	1.822	1.228

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do plano estratégico.

O risco de liquidez da companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi (5 de março de 2026 10:54:01 GMT-3)

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira Pellegrini

Marcelo Ferreira Pellegrini (5 de março de 2026 11:00:12 GMT-3)

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Administrativo

Julio Nascimento

Julio Nascimento (5 de março de 2026 11:20:39 GMT-3)

Júlio César Cândido do Nascimento
Contador
CRC-RJ-086700/O-7

**Relatório Anual das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado
Petrobras
Exercício Social 2025**

**Ao Conselho de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e aos
Conselhos de Administração e Diretorias Executivas
das Sociedades do Conglomerado Petrobras**

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado ou Comitê) é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Petrobras ou Companhia), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras, especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei nº 13.303/2016) e pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016 (Decreto nº 8.945/2016) e demais disposições contidas em seu Regimento Interno (Regimento).

O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras naqueles temas que requerem manifestação do Conselho de Administração da holding, bem como assessorar os Conselhos de Administração, quando houver, as Assembleias de Acionistas ou as Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado Petrobras, representadas pelo conjunto de subsidiárias da Petrobras, entendidas como empresas estatais sediadas no país cuja maioria das ações com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, à Companhia.

O CAE Conglomerado atua, no âmbito principalmente, na análise e supervisão: (i) da qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) da efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos; (iv) do gerenciamento de riscos; (v) das transações com partes relacionadas; (vi) dos cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS); e (vii) da adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Em 2025, as seguintes sociedades faziam parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado: (i) Baixada Santista Energia S.A. (BSE); (ii) Petrobras Biocombustível S.A. (P BIO); (iii) Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG); (iv) Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P); (v) Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA); (vi) Termobahia S.A. (TERMOBAHIA); e (vii) Termomacaé S.A. (TERMOMACAÉ).

Insta informar que em 27 de novembro de 2025, a PB-LOG tornou-se subsidiária da Petrobras Transporte S.A (Transpetro) e passou a compartilhar o Comitê de Auditoria Estatutário da nova controladora, deixando de fazer parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado.

Durante o exercício de 2025, o Comitê foi presidido pelo Membro Externo Fabio Veras de Souza, que ocupa a presidência desde 01/06/2023.

O CAE Conglomerado atualmente é composto por 5 (cinco) membros designados pelo Conselho de Administração, sendo eles: (i) Membro Externo e Presidente do Comitê Fabio Veras de Souza; (ii) Conselheiro de Administração Aloisio Macário Ferreira de Souza; (iii) Conselheiro de Administração Jerônimo Antunes; (iv) Membro Externo Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira; e (v) Gustavo Amarante Gabriel.

O presente relatório retrata as atividades desempenhadas pelo Comitê no período de 1º-1-2025 até 31-12-2025.

Resumo das atividades no Ano de 2025

No período de 22 de janeiro de 2025 (primeira reunião ordinária) a 9 de dezembro de 2025 (última reunião ordinária), o CAE Conglomerado realizou 28 reuniões, que representaram uma duração aproximada de 43 horas. Foram apreciadas 160 pautas¹ e emitidas 69 Manifestações, todas diligenciadas dentro do prazo estabelecido para atendimento, resultando em 241 páginas de registros, conforme ilustrado a seguir:

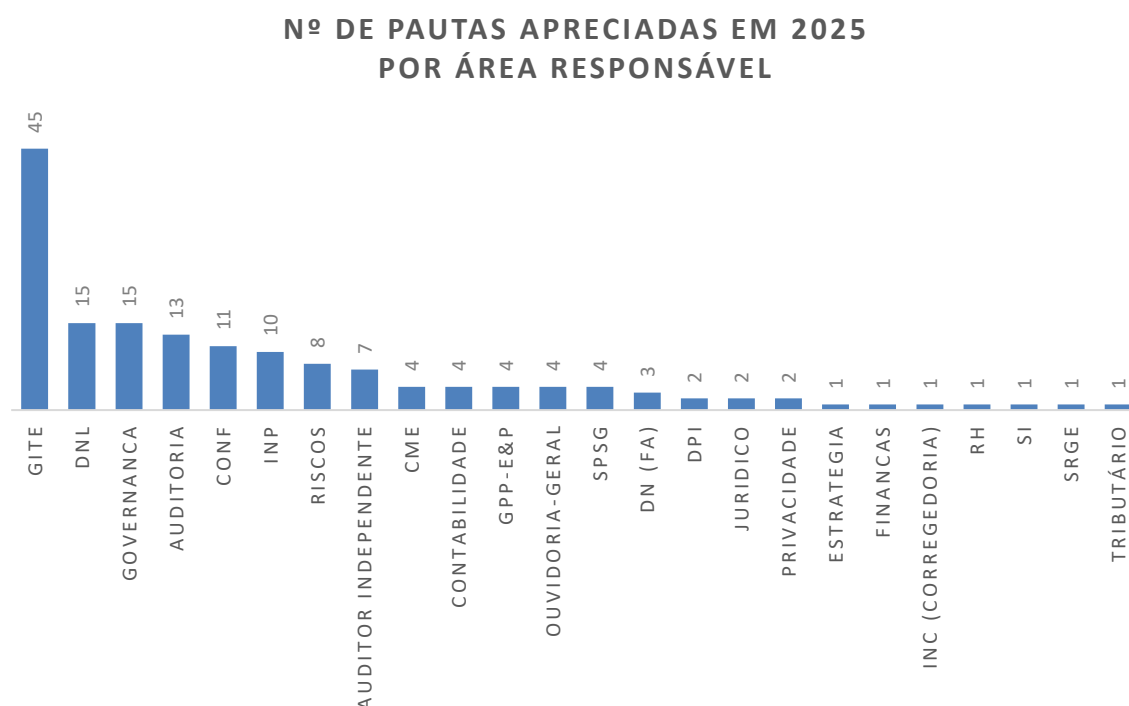


Figura 1: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por área responsável²

¹ Em 2025, além do número de pautas aqui mencionado, o CAE Conglomerado também deliberou sobre 30 temas internos do Comitê. Esses assuntos incluíram definição de datas de reuniões, aprovação de atas, orientações gerais, elaboração do relatório anual de atividades, organização do Calendário de Pautas Fixas, programação de visitas técnicas e a elaboração do reporte trimestral das atividades do CAE Conglomerado para o CAE.

² Siglas das Unidades Responsáveis: Comercialização no Mercado Externo (CME), Gestão de Parcerias e Processos de E&P (GPP-E&P), Desenvolvimento de Negócios (DN) que teve seu nome alterado para Fusões e Aquisições (FA) em 1-10-2025, Diretoria Executiva de Processos Industriais e Produtos (DPI), Supervisão de Planos de Previdência, Operações e Gestão Financeira de Seguros e Garantias (SPSG), Estratégia e Planejamento (ESTRATÉGIA), Integridade Corporativa (INC), incorporada em 27-6-2025 à Corregedoria-Geral (CORREGEDORIA), Recursos Humanos (RH), Segurança da Informação (SI) e Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia (SRGE).

As pautas examinadas pelo CAE Conglomerado contemplaram (i) manifestações feitas pelo próprio Comitê, visando o exercício de suas atribuições; (ii) matérias definidas em seu Calendário Anual de Pautas Fixas; (iii) propostas submetidas ao Conselho de Administração ou aos órgãos da sociedade do Conglomerado, que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Comitê; (iv) além de assuntos encaminhados por diferentes áreas da Companhia para ciência do Comitê, distribuídas conforme indicado na Figura 2, abaixo.

PAUTAS APRECIADAS 2025 POR TIPO

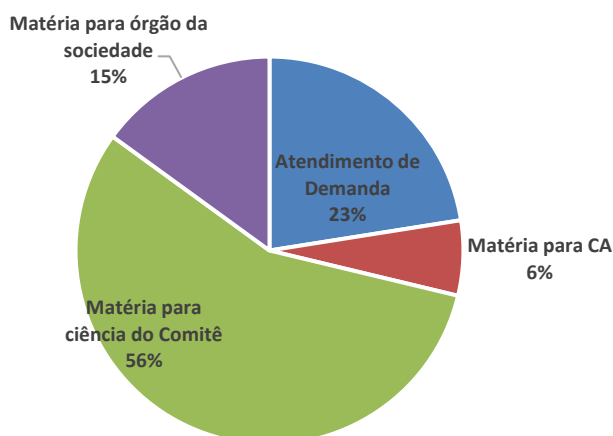


Figura 2: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo

O gráfico abaixo (Figura 3) apresenta a distribuição das pautas analisadas pelo CAE Conglomerado ao longo do período, segmentadas por assunto e tipo de pauta. Os principais temas, aqui listados, serão abordados em detalhes posteriormente, no item 4 deste relatório.

PAUTAS APRECIADAS PELO CAECO 2025 Por tipo e Grandes Temas

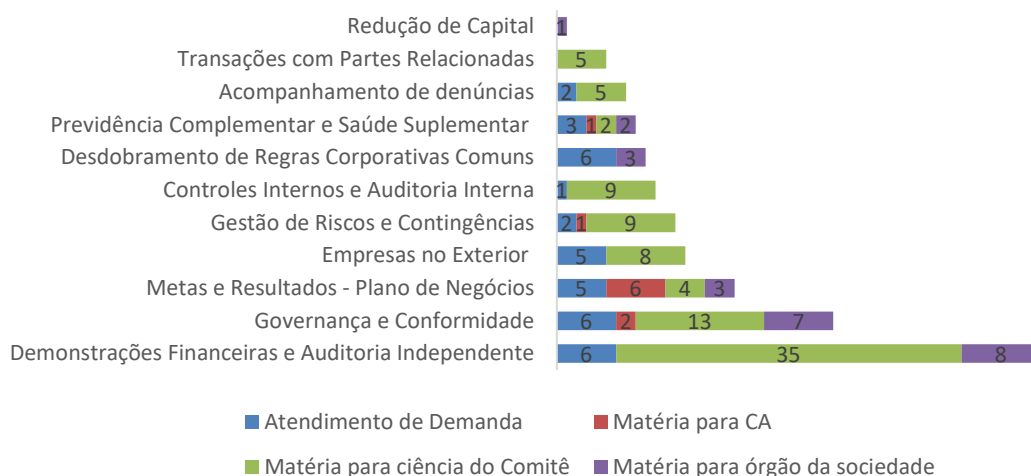


Figura 3: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo e grande temas

Nesse período, o CAE Conglomerado emitiu 69 Manifestações, o que representa uma média de 2,5 manifestações por reunião. As manifestações podem ser solicitações, orientações e sugestões, conforme definidas no padrão de funcionamento do Comitê:

- As solicitações são aquelas em que as unidades responsáveis deverão retornar ao Comitê, conforme prazo definido ou para acompanhamento periódico, como *follow-up*;
- As orientações são aquelas que o Comitê espera que sejam seguidas pelas unidades responsáveis, sem retorno obrigatório ao Comitê, e, geralmente, estão relacionadas aos assuntos encaminhados;
- As sugestões são aquelas emitidas para as unidades responsáveis, que irão realizar uma avaliação de pertinência e oportunidade de acolhimento.

A distribuição 69 Manifestações emitidas, em 2025, pelo CAE Conglomerado pode ser visualizada na figura a seguir:

MANIFESTAÇÕES EMITIDAS 2025 POR CATEGORIA

■ Orientação ■ Solicitação - Retorno Único ■ Sugestão

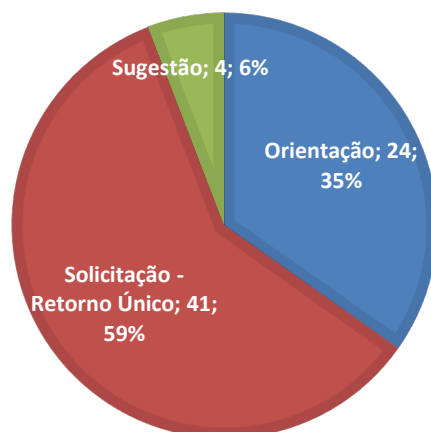


Figura 5: Representatividade dos tipos de manifestações emitidas pelo CAE Conglomerado em 2025

Ao longo do período, foram diligenciadas 52 Solicitações do Comitê, tendo sido 42 atendidas em 2025, sendo que 11 originaram-se em 2024. Das 10 solicitações que permaneceram em atendimento no período, 2 foram canceladas e 8 encontram-se dentro do prazo de atendimento, previsto para 2026 (Figura 6).

STATUS E Nº SOLICITAÇÕES ACOMPANHADAS 2025 POR DATA DE EMISSÃO

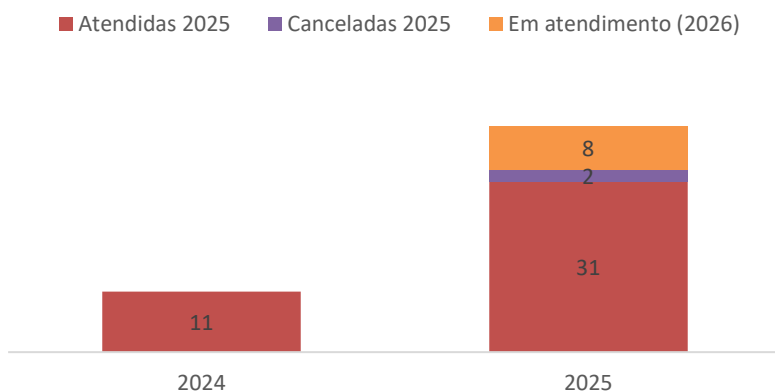


Figura 6: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por data de emissão

A Figura 7, a seguir, indica a distribuição das 52 Solicitações do CAE Conglomerado acompanhadas no período, por unidade técnica da *holding* responsável.

STATUS E Nº SOLICITAÇÕES ACOMPANHADAS 2025 POR UNIDADE RESPONSÁVEL

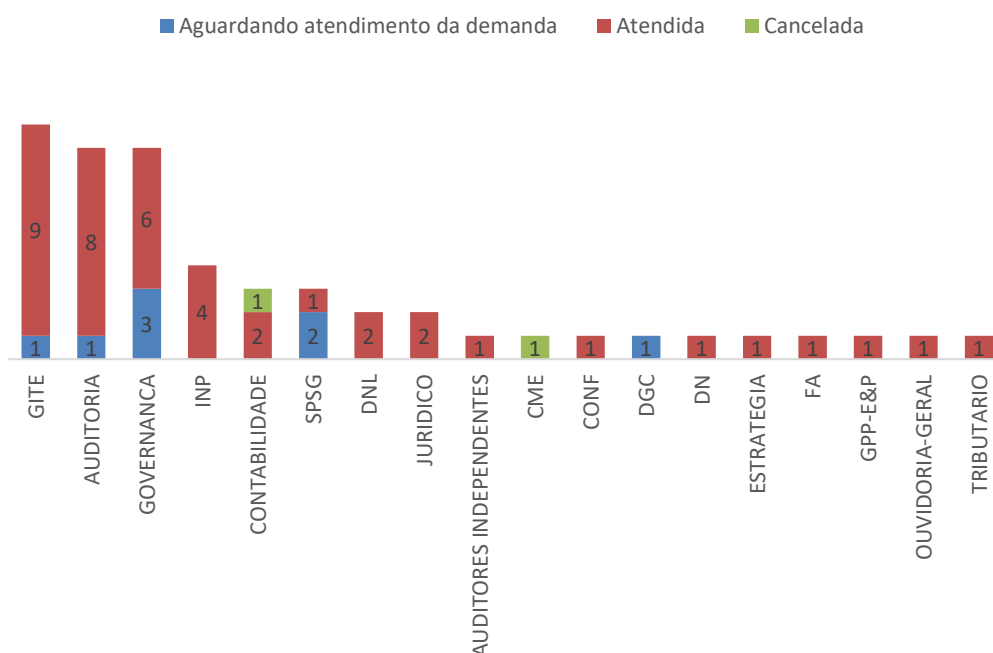


Figura 7: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por unidade responsável

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

Demonstrações Financeiras e Auditoria Independente

- Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, mediante reuniões periódicas com os administradores e auditores independentes;

Governança e Conformidade

- Reporte trimestral da Ouvidoria-Geral sobre as denúncias das denúncias de incidentes de conformidade de muito alto e alto risco;
- Apreciação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2025 (ano base 2024);
- Acompanhamento anual da Matriz de Riscos de Conformidade e reportes trimestrais de atividades de Governança, Conformidade e Privacidade referente ao exercício de 2025;
- Supervisão das indicações de Administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) e de Conselheiros Fiscais nas sociedades do CAE Conglomerado;

Metas e Resultados – Planos de Negócios

- Análise do cumprimento das Metas e Resultados referentes ao Plano de Negócios de 2024, bem como acompanhamento contínuo da evolução da visão estratégica de futuro das Sociedades do Conglomerado.

Empresas no Exterior

- Acompanhamento sistemático das empresas do Sistema Petrobras sediadas no exterior;

Gestão de Riscos e Contingências

- Apreciação do Relatório Integrado de Atividades de Gestão de Riscos 2024, além do acompanhamento da evolução da Matriz de Riscos Empresariais (riscos altos e muito altos) das sociedades;

Controles Internos e Auditoria Interna

- Avaliação, aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna 2025, assim como análises dos pontos de atenção relevantes (muito alto, alto e médio riscos) e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como o monitoramento de providências saneadoras adotadas pela Administração;

Desdobramento de Regras Corporativas Comuns

- Monitoramento dos indicadores de adoção das Regras Corporativas Comuns (RCC) para 2025, visando garantir alinhamento e conformidade entre as empresas

Previdência Complementar e Saúde Suplementar

- Avaliação do Relatório Anual de Supervisão da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros – Exercício 2024, Revisão Anual das Premissas Atuariais CVM 2025 Petrobras e acompanhamento da Governança e a Política de Investimentos da Fundação Petros;

Transações com Partes Relacionadas

- Análises do relatório trimestral das transações com partes relacionadas das Sociedades do Conglomerado;

Visitas Técnicas

- Visitas às instalações da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), à Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), ao Complexo Boaventura, à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), ao Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), com o objetivo de observar in loco a operação e o cotidiano das unidades, e obter uma visão mais clara dos processos. Essas ações aproximaram o Comitê das equipes, facilitando o diálogo sobre melhorias e desafios operacionais.

Conclusões e recomendações aos Conselhos de Administração ou Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

- (i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- (ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- (iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração das Sociedades do Conglomerado; e
- (iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

Neste contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, o CAE Conglomerado declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estando todos os fatos

relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras das Sociedades do Conglomerado Petrobras auditadas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2026.

Fábio Veras de Souza

Membro Externo e Presidente do
CAE Conglomerado Petrobras

Jerônimo Antunes

Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE Conglomerado Petrobras

Aloiso Macário Ferreira de Souza

Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE do Conglomerado Petrobras

Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira

Membro Externo do CAE Conglomerado Petrobras

Gustavo Amarante Gabriel

Membro Externo do CAE do Conglomerado Petrobras











Termomacaé S.A. - DFs Final - 4T2025


Relatório de auditoria final

2026-03-05


Criado em:	2026-03-05
Por:	Lizandra Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAOrsnDfEWcNIGy8oDutqQZkkwxPLIGSx2

Histórico de "Termomacaé S.A. - DFs Final - 4T2025"

-  Documento criado por Lizandra Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
2026-03-05 - 13:46:56 GMT- Endereço IP: 163.116.228.156
-  Documento enviado por email para Aline Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) para assinatura
2026-03-05 - 13:47:58 GMT
-  Documento enviado por email para Marcelo Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br) para assinatura
2026-03-05 - 13:47:59 GMT
-  Documento enviado por email para Julio Nascimento (julio.nascimento@petrobras.com.br) para assinatura
2026-03-05 - 13:47:59 GMT
-  Contrato visualizado por Aline Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)
2026-03-05 - 13:53:35 GMT- Endereço IP: 163.116.233.61
-  O signatário Aline Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) inseriu o nome Aline Dias Leonardi ao assinar
2026-03-05 - 13:53:59 GMT- Endereço IP: 163.116.233.61
-  Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2026-03-05 - 13:54:01 GMT- Endereço IP: 163.116.233.61
-  Documento assinado eletronicamente por Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2026-03-05 - 13:54:01 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 163.116.233.61
-  Email visualizado por Marcelo Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br)
2026-03-05 - 13:59:11 GMT- Endereço IP: 104.47.58.126
-  Contrato visualizado por Marcelo Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br)
2026-03-05 - 13:59:13 GMT- Endereço IP: 163.116.233.30

 O signatário Marcelo Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br) inseriu o nome Marcelo Ferreira Pellegrini ao assinar

2026-03-05 - 14:00:10 GMT- Endereço IP: 163.116.233.30

 Marcelo Ferreira Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A


2026-03-05 - 14:00:12 GMT- Endereço IP: 163.116.233.30

 Documento assinado eletronicamente por Marcelo Ferreira Pellegrini (mpelegrini@petrobras.com.br)


Data da assinatura: 2026-03-05 - 14:00:12 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 163.116.233.30

 Email visualizado por Julio Nascimento (julio.nascimento@petrobras.com.br)

2026-03-05 - 14:03:09 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126

 Contrato visualizado por Julio Nascimento (julio.nascimento@petrobras.com.br)

2026-03-05 - 14:03:12 GMT- Endereço IP: 163.116.233.46

 Julio Nascimento (julio.nascimento@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2026-03-05 - 14:20:39 GMT- Endereço IP: 163.116.233.46

 Documento assinado eletronicamente por Julio Nascimento (julio.nascimento@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2026-03-05 - 14:20:39 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 163.116.233.46

 Contrato finalizado.

2026-03-05 - 14:20:39 GMT









Ata 30ª RCF da Termomacaé_Parecer CF DFs 2025_24.03.2026


Relatório de auditoria final

2026-03-25


Criado em:	2026-03-24
Por:	Lizandra Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAApUr-57zYkQzAtdui14R1kefXcWtEbP6a

Histórico de "Ata 30ª RCF da Termomacaé_Parecer CF DFs 2025_24.03.2026"

-  Documento criado por Lizandra Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
2026-03-24 - 18:46:17 GMT- Endereço IP: 163.116.233.96
-  Documento enviado por email para Rafael Peres (mperes@petrobras.com.br) para assinatura
2026-03-24 - 18:48:52 GMT
-  Documento enviado por email para Bruno Baruqui (bruno.baruqui@petrobras.com.br) para assinatura
2026-03-24 - 18:48:52 GMT
-  Documento enviado por email para joao.goulart@tesouro.gov.br para assinatura
2026-03-24 - 18:48:53 GMT
-  Email visualizado por Rafael Peres (mperes@petrobras.com.br)
2026-03-24 - 18:49:04 GMT- Endereço IP: 4.203.152.201
-  Contrato visualizado por Rafael Peres (mperes@petrobras.com.br)
2026-03-24 - 19:06:53 GMT- Endereço IP: 163.116.228.53
-  O signatário Rafael Peres (mperes@petrobras.com.br) inseriu o nome Rafael Menezes Peres ao assinar
2026-03-24 - 19:07:32 GMT- Endereço IP: 163.116.228.53
-  Rafael Menezes Peres (mperes@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2026-03-24 - 19:07:34 GMT- Endereço IP: 163.116.228.53
-  Documento assinado eletronicamente por Rafael Menezes Peres (mperes@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2026-03-24 - 19:07:34 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 163.116.228.53

 Email visualizado por joao.goulart@tesouro.gov.br


2026-03-25 - 12:08:36 GMT- Endereço IP: 104.47.56.126

 Contrato visualizado por joao.goulart@tesouro.gov.br

2026-03-25 - 12:08:39 GMT- Endereço IP: 200.213.228.115

 O signatário joao.goulart@tesouro.gov.br inseriu o nome João Goulart ao assinar

2026-03-25 - 12:10:18 GMT- Endereço IP: 200.213.228.115

 João Goulart (joao.goulart@tesouro.gov.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A


2026-03-25 - 12:10:20 GMT- Endereço IP: 200.213.228.115

 Documento assinado eletronicamente por João Goulart (joao.goulart@tesouro.gov.br)


Data da assinatura: 2026-03-25 - 12:10:20 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 200.213.228.115

 Email visualizado por Bruno Baruqui (bruno.baruqui@petrobras.com.br)

2026-03-25 - 14:22:57 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126

 Contrato visualizado por Bruno Baruqui (bruno.baruqui@petrobras.com.br)

2026-03-25 - 14:23:01 GMT- Endereço IP: 163.116.228.53

 Bruno Baruqui (bruno.baruqui@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2026-03-25 - 14:23:41 GMT- Endereço IP: 163.116.228.53

 Documento assinado eletronicamente por Bruno Baruqui (bruno.baruqui@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2026-03-25 - 14:23:41 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 163.116.228.53

 Contrato finalizado.

2026-03-25 - 14:23:41 GMT